DOI https://doi.org/10.61895/pl.v18i35.21926

PURAS, INOCENTES E VIRTUOSAS: A PEDAGOGIA CULTURAL DA REVISTA *A PALAVRA* E A EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO FINAL DO SÉCULO XIX

Simone Burioli
Professora da Universidade Estadual de Londrina (UEL)
prof.simone@uel.br

Ana Flávia Braun Vieira
Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
anaf.braun@gmail.com

Simone Garbelini Parro Pialarissi
Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)
sipialarissi@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho teve como objetivo discutir os principais aspectos da pedagogia cultural empreendida por *A Palavra*, uma revista literária do final do século XIX dedicada à instrução e recreio da mulher. A análise documental da coluna *A Mulher*, veiculada entre os anos de 1891 e 1897, evidenciou que a educação feminina se restringia a ensinamentos que priorizavam o lar e a família, reforçando estereótipos de gênero e associando a mulher a atributos como "pureza", "inocência" e "virtude". Ao veicular matérias que retratavam a mulher como submissa e dependente do homem, a revista desempenhou um papel significativo na formação de suas identidades. Apesar dos avanços na escolarização formal e na formação de professoras, as representações veiculadas na revista reafirmavam a ordem social vigente, vinculando a mulher à esfera privada e limitando seu papel às funções domésticas.

Palavras-chave: Educação; Mulheres; Pedagogias culturais;

PURE, INNOCENT AND VIRTUOUS: THE CULTURAL PEDAGOGY OF THE MAGAZINE *A PALAVRA* AND THE EDUCATION OF WOMEN AT THE END OF THE 19TH CENTURY

Abstract:

This paper aims to discuss the main aspects of the cultural pedagogy undertaken by *A Palavra*, a literary magazine from the late 19th century dedicated to the education and recreation of women. The documentary analysis of the column *A Mulher*, published between 1891 and 1897, showed that female education was restricted to teachings that prioritized the home and family, reinforcing gender stereotypes and associating women with attributes such as "purity", "innocence" and "virtue". By publishing articles that portrayed women as submissive and dependent on men, the magazine played a significant role in the formation of their identities. Despite advances in formal schooling and teacher training, the representations conveyed in the magazine reaffirmed the prevailing social order, linking women to the private sphere and limiting their role to domestic functions.

Keywords: Education; Women; Cultural pedagogies.

Introdução

Considerando que o conhecimento é um orientador de condutas e que a educação se estende do longo da vida, é fundamental compreender as características das pedagogias culturais direcionadas às mulheres e que influenciaram a construção de suas identidades, valores e comportamentos[1]. Uma vez que o acesso feminino à escolarização formal se deu de maneira tardia, diversas instituições e dispositivos culturais atuaram na educação desse público – como é o caso dos jornais e revistas. Em diferentes momentos históricos e contextos sociais, as revistas voltadas ao público feminino não apenas disseminaram informações, mas também produziram representações da realidade, contribuindo para a formação de certos comportamentos e atitudes das mulheres em relação ao mundo social[2]. O papel pedagógico destas revistas residia, principalmente, nos processos de seleção do que era ou não veiculado,

[1] Pedagogias culturais são processos educativos desenvolvidos por artefatos culturais que, assim como a escola, influenciam a constituição identitária dos indivíduos (Camozzato, 2014). Para além das instituições formais de ensino, existe uma multiplicidade de práticas formativas que ocorrem em diferentes espaços culturais, como a mídia, arte e outras formas de expressão cultural (Wortmann; Castro; Silveira, 2015). No caso dos artefatos midiáticos, estes atuam como um dispositivo pedagógico, produzindo representações e veiculando saberes que moldam modos de ser e estar na cultura (Fisher, 2002).

[2] De acordo com Bourdieu (1997, p. 22), as seleções inerentes à confeição de um periódico constroem uma representação da realidade segundo princípios do grupo ali representado. Trata-se de uma visão de mundo particular que, no decorrer de uma exposição duradoura, vai sendo incorporada pelos leitores. A produção desse mundo simbólico não passa de um arbitrário, que torna universal uma leitura de mundo particular. A dissimulação desse processo é uma forma de violência simbólica, exercida com "a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la".

posto que as informações publicadas eram capazes de moldar práticas e comportamentos, influenciando a constituição identitária e as experiências dessas mulheres[3].

Assim, visando discutir sobre os principais aspectos da pedagogia cultural empreendida pela imprensa voltada às mulheres no final do século XIX, esse trabalho adotou *A Palavra: revista Litterária dedicada à instrução e recreio da mulher* como fonte de estudos. A escolha desse periódico parte do entendimento que o impresso tinha como um dos objetivos expressar as ideias de uma parcela da sociedade, atendendo ao que o público pensava e desejava, não sendo neutro frente aos acontecimentos. De acordo com Vidal e Camargo (1992, p. 408), o interesse em se estudar periódicos para a realização de análises históricas reside na possibilidade da leitura de manifestações contemporâneas aos acontecimentos", assim criando uma pessoalidade entre o pesquisador e o seu objeto de pesquisa, pois "[...] realizamos uma aproximação do momento de estudo não pela fala dos historiadores da educação, mas pelos discursos emitidos na época" (Vidal; Camargo, 1992, p. 408). Dessa forma, os periódicos se tornam uma fonte de pesquisa proveitosa para diversos campos, incluindo o da História da Educação.

Criada em 1889, a revista se autointitulava "dedicada à instrução e recreio da mulher". Produzida em Alagoas, no município de Penedo, suas publicações são demonstrativas dos ideais relativos à educação feminina da época. Disponível para consulta na Hemeroteca Digital Brasileira, a análise aqui desenvolvida considerou as publicações acessíveis no site entre os anos de 1891 e 1897 – período caracterizado por crises políticas e econômicas que marcaram a Primeira República (Fausto, 2015). O teor das 198 publicações consultadas está relacionado ao papel social da mulher e como ela deveria se portar – a exemplo de publicações referentes à instrução e comportamento, até a indicação de roupas ideais a serem vestidas por elas nesta ou naquela ocasião[4]. Para atender ao objetivo deste estudo, inicialmente, foram selecionadas para a análise as matérias que incluíram os seguintes termos: "educação", "mulheres" e "educação das mulheres". Diante do elevado número de resultados, cujo conteúdo nem sempre versava diretamente sobre aspectos da educação feminina, optou-se pela análise da coluna *A Mulher*,

[3] O conceito de identidade foi assim definido por Pollak (1992, p. 5), é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros".

[4] Poucas foram as matérias que tratavam, especificamente, sobre a emancipação feminina, razão pela qual Santos (2022, p. 229) definiu o conteúdo da revista *A Palavra* como "emancipacionismo contido".

uma sessão específica dentro do periódico, de publicação recorrente (totalizando 28 matérias publicadas).

Para proceder à análise, primeiramente, foi apresentado um panorama histórico sobre a educação das mulheres no final do século XIX, marcado pela feminização do magistério e o papel fundamental das Escolas Normais na formação de professoras, por um lado, e pela dificuldade de acesso à escolarização formal por grande parte das meninas e moças, por outro. A partir dessa contextualização, discute-se a pedagogia cultural presente nas revistas voltadas ao público feminino, com destaque para *A Palavra*. Por fim, na análise das fontes, foram discutidas as principais representações veiculadas sobre educação, moralidade e o papel feminino – evidenciando como essas narrativas configuraram uma pedagogia cultural que influenciou a formação identitária das leitoras.

A relevância deste artigo reside na sua proposta de investigar a educação das mulheres a partir das pedagogias culturais praticadas pelas revistas voltadas ao público feminino. A análise das representações veiculadas nos periódicos possibilita compreender como os papéis de gênero[5] foram (re)produzidos, tendo como consequência estereótipos que persistem ainda hoje. O estudo das revistas e da pedagogia por elas praticadas evidencia que as mulheres não foram educadas apenas em relação ao conhecimento formal, mas também em termos de comportamento, valores e normas sociais. Assim, a investigação das práticas pedagógicas promovidas por artefatos midiáticos voltados ao público feminino representa uma importante contribuição para a História da Educação, posto que articula educação, gênero e cultura para melhor compreender as complexidades da educação feminina ao longo da história.

A educação das mulheres brasileiras no século XIX

Ao longo do século XIX, o papel social da mulher brasileira estava direcionado às atividades em âmbito doméstico. Enquanto os homens eram preparados para uma responsabilidade financeira, voltada para a atuação na esfera pública, a mulher era preparada para o cuidado do lar e da família e para o casamento, devendo ela ser uma boa esposa e mãe, submissa e fiel ao

[5] O conceito de gênero refere-se à organização social da relação entre os sexos, baseada em um sistema de distinções. Trata-se de um "elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos" (Scott, 2019, p. 67), atuando como uma peça fundamental nas relações de poder – uma vez que "As estruturas hierárquicas se baseiam em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino" (Scott, 2019, p. 73). Essas construções de gênero estabelecem representações sobre o papel da mulher e moldam tanto a percepção quanto a organização da vida social, impactando, diretamente, a constituição da identidade feminina.

seu homem (Cunha, 2014). Nas famílias abastadas, as meninas e moças podiam receber algum tipo de instrução em casa, oferecida por preceptores particulares ou por instituições religiosas, como conventos. Elas aprendiam noções básicas de leitura, escrita, música e religião e sua educação priorizava o que eram entendidos como bons costumes, reforçando a submissão e a obediência.

No caso das mulheres das classes populares, sua educação estava relacionada ao aprendizado de ofícios manuais, geralmente vinculados ao trabalho doméstico ou na roça, quando viviam no campo (Arend, 2018). Em ambos os casos, foi somente com a ampliação das escolas elementares para meninas, a partir da Lei de 15 de outubro de 1827, que se estabeleceu oficialmente o direito à educação feminina no Brasil.

A partir da independência política do Brasil, em 1822, surgiu no país uma efervescência para a modernização da nação, que atingiu também o campo educacional. De acordo com Louro (2001, p. 443), proclamada a Independência, parecia haver ao menos como discurso oficial, a necessidade de construir uma imagem do país que afastasse seu caráter marcadamente colonial, atrasado, inculto e primitivo". Uma das vias para essa modernização seria por meio da "Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos" (BRASIL, 1824).

No entanto, as escolas no país ainda eram escassas e as poucas que havia não tinham professores ou mestres devidamente qualificados. Se para os meninos brancos, livres e com dinheiro havia dificuldades de acesso à educação pública, a situação era ainda mais difícil para as mulheres. Ainda que a Lei de 15 de outubro de 1827 tenha determinado que "Haverão escolas de meninas nas cidades e Villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento" (Brasil, 1827), a educação para elas não se constituiu uma realidade no período.

Inquestionavelmente, até meados do século XIX, o Brasil não estava cumprindo com suas metas de modernização, ao menos não no campo educacional. Nísia Floresta (2019), em um de seus textos que, mais tarde, em 1853, integrou o livro *Opúsculo* Humanitário, evidenciou essa defasagem ao apontar a escassez de escolas para meninas em várias províncias. Na província de Minas Gerais, por exemplo, de um total de 209 escolas, apenas 24 eram destinadas a elas. Na Bahia, das 184 escolas existentes, somente 26 atendiam o público feminino. Já no Rio de Janeiro, de 116 instituições de ensino, apenas 36 eram reservadas para meninas. Esses números

evidenciam a profunda desigualdade de acesso à educação formal entre os sexos, refletindo a visão limitada sobre o papel da mulher na sociedade brasileira da época.

Para além dos problemas na efetivação da lei, até o século XIX era um fato que "[...] as famílias reservavam a escolarização e o letramento aos meninos, por serem tais atributos consideradas incompatíveis com a 'identificação feminina' [...]" (Gusmão, 2012, p. 269). Defronte às condições da educação e das escolas no país, em união com o patriarcalismo[6] que havia na sociedade e nas famílias brasileiras naquele período, a educação da mulher não era prioridade para a maioria. Os pais não acreditavam que suas filhas deveriam estudar e, com reforço das ideologias católicas, supunha-se que a mulher, se instruída, poderia destruir o lar tradicional. A esse respeito, Almeida e Boschetti (2012, p. 229) escreveram:

> A mulher excessivamente instruída poderia esquecer-se da função reprodutiva, essencial para a sua realização individual e da família, o que também vinha ao encontro de uma ideia de tradição e propriedade que igreja e oligarquias compartilhavam. Ao incorporar o exemplo do arquétipo da Virgem da religião católica e os atributos de bondade e pureza, o catolicismo não poderia admitir a possibilidade das mulheres se afastarem do sagrado recesso do lar e da sua verdadeira missão, a maternidade.

Diante da crescente demanda por instrução às mulheres, a igreja católica não se furtou em utilizar a educação feminina para a reprodução dos ideais cristãos. Ora, se queriam ser educadas, seriam educadas pela igreja. Assim, o catolicismo garantia que essas meninas se manteriam na rédea e não destruiriam a família tradicional – isso porque "As mulheres educadas segundo os postulados católicos levariam o lar cristão a se tornar verdadeiramente fiel à Igreja e disseminariam seus dogmas [...]" (Almeida; Boschetti, 2012, p. 229). Nesse processo, a educação da mulher tinha como objetivo a internalização do papel natural de mãe, que deveria cuidar de seu marido e de seus filhos. A instrução feminina, portanto, seria para que ela pudesse melhor educar os homens dentro de sua casa (Almeida; Boschetti, 2012).

O currículo para as meninas se restringia à leitura, escrita e realização das quatro operações, sendo também ensinados "os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana" (Brasil, 1827). Além disso, também eram ensinadas prendas que serviam à economia doméstica. Para as meninas, cabia aprender a cozinhar, lavar, passar, cuidar da casa, dos filhos e do marido, enquanto o currículo dos meninos incluía o privilégio de estudar geometria e aprofundar seus conhecimentos em aritmética. Segundo Santana (2014, p. 145),

[6] Patriarcalismo é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens (Saffioti, 2015).

"[...] apenas o ensino primário era destinado às mulheres. As mulheres destinavam-se a aprendizagem acerca da economia doméstica, do bordado e dos bons costumes necessários a uma mulher de honra". Portanto, ficam perceptíveis as dessemelhanças entre a educação direcionada a homens e mulheres ainda no século XIX.

Diante da paulatina ampliação da oferta de escolarização pública, o Estado viu-se obrigado a formar o corpo de professores que atuariam nestas instituições. A abertura das Escolas Normais, por volta de 1835, é considerado um marco na História da Educação, pois configurou-se como o primeiro passo para a formação de profissionais docentes. Se, até o momento, grande parte dos professores eram leigos, a partir de então, foram substituídos por normalistas. Ainda que as Escolas Normais possuam um histórico conturbado, abrindo e fechando conforme novos presidentes iam assumindo o governo, elas possuem acentuada importância: "Para a conquista do reconhecimento do ofício, foi fundamental o surgimento das Escolas Normais, responsáveis pelo estabelecimento de um saber especializado e um conjunto de normas que constituíram esse campo profissional" (Villela, 2018, p. 53).

Um avanço decorrente da paulatina ampliação da oferta de vagas às mulheres foi seu ingresso também nas Escolas Normais. As mulheres passaram a ocupar este espaço, e cada vez mais os homens afastaram-se das salas de aula, o que se tornou perceptível, pois "[...] pouco a pouco, os relatórios iam indicando que, curiosamente, as escolas normais estavam recebendo e formando mais mulheres que homens" (Louro, 2001, p. 449). A justificativa mais aceitável para isso era a de que os professores recebiam pouco, os salários eram baixos e, portanto, não atraíam mais o público masculino. Já para as mulheres, sendo essa uma das poucas profissões consideradas dignas para o público feminino, não havia muita escolha naquele momento. Além disso, a grande maioria dos homens que se formavam nas Escolas Normais não almejavam a sala de aula, mas sim cargos mais altos como a chefia ou a direção (Almeida; Boschetti, 2012).

Além disso, também havia argumentação a favor da inserção das mulheres no magistério por parte de pessoas que consideravam que elas teriam esse dom por natureza, já que o destino feminino era a maternidade e, portanto, a profissão docente não iria afastar as mulheres de sua principal função, que era ser mãe, mas sim complementá-la (Louro, 2001). Vê-se aos poucos a aproximação entre a docência e a mulher: a sociedade passa cada vez mais a observar na professora características comuns à mulher. A bondade, a paciência, o amor e o cuidado são

alguns exemplos de atributos ditos femininos que toda professora deveria possuir. A docência se tornou, então, paulatinamente, uma carreira eminentemente feminina.

Em paralelo às poucas meninas e moças da elite que tiveram a oportunidade de estudar e formar-se como professoras, muitas outras mulheres permaneceram às margens da educação formal. No entanto, todas elas foram influenciadas por outras formas de educação – a exemplo das pedagogias culturais praticadas por meio de dispositivos culturais, como é o caso das revistas. Esses impressos voltados ao público feminino funcionavam como importantes agentes pedagógicos, transmitindo normas de comportamento, valores morais e padrões de conduta que impactavam a forma como as mulheres experienciavam o mundo. Ao selecionar e divulgar conteúdos relacionados à moda, moralidade, educação e ao seu papel no lar, as revistas reforçavam representações ideais do feminino. Dessa forma, ainda que fora do ambiente escolar, essas publicações buscaram moldar comportamentos e atitudes das mulheres em relação ao seu papel social, influenciando profundamente a construção de suas identidades.

Ainda que a escolarização de meninas e moças tenha crescido no decorrer do século XIX, poucas eram as leitoras desse período. Tomando a revista *A Palavra* como referência, a mesma possuía uma tiragem de 1.250 edições semanais em um universo de 511.400 habitantes, número estimado de residentes em Alagoas, nos idos de 1900[7]. Isso significa que, aproximadamente, 0,24% da população local era capaz de realizar a leitura do periódico por si mesma. Ainda assim, é importante destacar que o potencial educativo das matérias ali publicadas estendia seu alcance. De acordo com Jinzenji (2012, 372), "A leitura em voz alta se desenvolvia nos espaços de sociabilidade e no âmbito doméstico, sendo bastante significativo por contemplar o público não leitor". Além disso, é preciso considerar a circularidade cultural entre letrados e não letrados, que em diferentes circunstâncias sociais trocavam informações sobre as representações a que tinham acesso nos periódicos. Nesta dinâmica, *A Palavra: revista Litteraria dedicada a instrução e recreio da mulher* atuou como um dispositivo pedagógico que contribuiu na formação tanto de suas leitoras diretas, quando da população em geral.

[7]Informação disponível em: https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/dados-de-aspectos-demograficos-perfil-municipal/resource/c161638b-322c-43c6-82eb-f2ba50594825. Acesso em:27 set. 2024.

A educação na revista *A Palavra: revista litteraria dedicada à instrução e recreio da mulher* (1891-1897)

No século XIX, a imprensa voltada ao público feminino tinha como principais temáticas moda, beleza, assuntos relacionados à casa, culinária e à criação dos filhos. Tais revistas eram procuradas e apreciadas porque eram consideradas espaços para o entretenimento e prazer das leitoras. Usando de tom coloquial, como quem conversa com uma amiga que aconselha, "Tal proximidade, que carrega as marcas da emoção e da afetividade, pode atuar como um importante elo no processo de transmissão da informação, mas também de convencimento e mesmo de imposição, apoiando-se em enunciados prescritivos e normativos", que orientam o proceder (Luca, 2018, p. 448). Assim, ao lado da família, igreja e escola, *A Palavra* também fez parte da educação das mulheres, no final do século XIX.

Em termos de tiragem, circulavam, semanalmente, entre 1200 a 1300 exemplares, o que lhe colocava como "talvez a maior entre todas as gazetas que se publicam actualmente neste Estado" (A Palavra, 1893, p. 01 – edição 23). Publicadas aos sábados, as edições avulsas eram vendidas a 200 réis, mas também havia a possibilidade de assinatura mensal (500 réis) e anual (600 réis). Acerca da equipe editorial, o diretor Achiles de Melo contava com a participação de mulheres, já que aceitava a colaboração de ambos os sexos (Santos, 2022). Entre as missões autoproclamadas pelo periódico estava a "cauza da educação e instrucção do bello sexo" (A Palavra, 1893, p. 01 – edição 23), mas quais eram os principais aspectos da pedagogia cultural empreendia pela revista ao seu público de leitoras? O quadro abaixo sintetiza as temáticas das 28 matérias publicadas na coluna *A Mulher*:

Quadro 01 – Síntese das temáticas abordadas na coluna *A Mulher*[8]

Ano	Número	Título/Autor	Assunto
1891	33	A mulher	A mulher como uma obra de Deus, pura e inocente, sendo comparada à várias maravilhas naturais, como "a brisa da manhã".
1891	34	A mulher – José Egydio	A mulher tem capacidades, assim como o homem para o trabalho, porém, considera-se acompanhar seu marido nesse meio, sendo uma boa esposa e não superior a ele.
1891	35	A mulher – Manoel Arão	Definição da mulher moderna da época, que se resume em ser sublime; ela deve cuidar da sua família, inclusive, formando bons filhos, futuros cidadãos.

[8] No caso das matérias assinadas, foi indicada a autoria.

1893	26	A mulher – A. F. de Castilho	A mulher criada por Deus com exemplos do belo natural, como o brilho do ouro solar e os cânticos suaves das aves, o que a torna apta a ser modelo de mulher de família.
1893	32	A mulher – Augusto Britto	Comparação entre homens e mulheres de forma conotativa, sendo, respectivamente, borboleta e flor, a qual coloca a mulher em posição digna na sociedade.
1894	7	A mulher – Ohniuquihc Atarab	A mulher como símbolo de amor e doçura, devendo ela amar mais que os homens, tendo em vista que eles consideram isso um passatempo.
1894	8	As mulheres	Exemplos femininos reconhecidos pelos trabalhos em Portugal, Itália e nação Garo, as quais possuem direitos básicos, como o de voto, e que chefiam a família, porém, em compensação a inteligência, eram consideradas as mais feias fisicamente.
1894	20	A mulher	A mulher como ser essencial para a felicidade do mundo, vinda do paraíso, enfeitando a terra junto ás flores com suas delicadezas.
1894	22	A mulher - Joni	A mulher como companheira do homem, sendo criada para completar a felicidade do mesmo, e definida como irmã, esposa e mãe.
1895	2	A mulher – M.R.F	A mulher como um ser perfeito e divino, símbolo do amor, da bondade e da beleza.
1895	7	A mulher – D. Antonio da Costa	A mulher como um ser sedutor que faz com que os homens, considerados os perfeitos da espécie, se curvem diante dela, como se fossem as mulheres perfeitas.
1895	12	A mulher – George Granval	A mulher como um ser sagrado de Deus, que traz felicidade ao mundo e aos homens, pois, sem elas, não teriam motivos para sorrir.
1895	18	A mulher – Barão de Santo André	A mulher e os ideais de ser uma boa filha, esposa e mãe, o que envolve todo seu amor, afeto e dedicação para o bem maior da família.
1895	29	A mulher	A mulher como exemplo de amor, ternura, beleza e fé.
1896	6	A mulher – Ramalho Ortigão	A mulher como um ser naturalmente desenvolvido para ser esposa e mãe, a qual é a melhor companhia para um homem, pela sua bondade, sensatez e compreensão.
1896	20	A mulher – J.F.G	A mulher protetora do lar e as que defendem o seu povo, que dá forças e encoraja os demais tornando mais fácil a dureza da vida, elas equivalem a grandes diamantes.
1896	24	A mulher – Procopio Campos	A mulher como o ser mais sublime, puro e nobre que dá calmaria a vida dos homens; a que deve se dedicar exclusivamente para seu marido e filhos.
1896	30	A mulher – João Casimiro V. Filho	A mulher como filha, sendo obediente e repleta de amor; e como mãe, transbordando sentimentos bons e cuidando de seus filhos para que tenham um futuro brilhante.

1896	34	A mulher – M. de Maussion	A mulher repleta de amor e obediência para com a sua família; bem educada e sempre querendo agradar.
1896	37	A mulher	As semelhanças e diferenças naturais entre as mulheres e os homens.
1896	39	A mulher	A mulher dotada de delicadeza, timidez e sensibilidade; que possui uma fraqueza encantadora que encoraja os homens.
1896	40	A mulher	A mulher como ponto de calmaria e paz para os homens diante a correria da vida; são elas meigas, delicadas, sensíveis e generosas.
1897	3	A mulher	As missões para as quais as mulheres são destinadas, baseadas em seu amor, delicadeza e doçura.
1897	4	A mulher – Emerentina Simões	A mulher nascida para o lar e afazeres domésticos; boa esposa e mãe; o homem nasceu para trabalhar fora de casa, enquanto a mulher o servia.
1897	14	A mulher – João Casimiro V. Filho	A mulher como escolhida por Deus para ser companheira dos homens; o ser perfeito, divino e imenso.
1897	19	A mulher	A mulher como companheira do homem, que vive por ele e compartilha de todos os momentos da vida.
1897	24	A mulher – Joaquina Pascues	A mulher é instruída a viver exclusivamente para o homem, a qual não pode ser responsável por seus atos.
1897	30	A mulher	A mulher como ser puro, nobre, delicado e sensível; que nasceu para a maternidade; crítica as mulheres que não cumprem com a sua missão divina.

Fonte: As autoras.

O quadro demonstra que a maior parte das matérias (75%) está relacionada à "definição" da mulher da época, enquanto o restante trata de instruções a serem seguidas por elas, a fim de exercerem o seu papel social. Em ambas é nítida a fragilidade das condições em que as mulheres viviam, sendo inferiorizadas e submissas aos homens de sua família, seguindo a forte estrutura machista e religiosa existente. Em alguns textos, as mulheres são colocadas como uma obra de Deus, em seu sentido de pureza, e que leva felicidade aos homens, como é o caso da matéria número 33 (1891), 26 (1893), 2 (1895), 12 (1895), 14 (1897) e 30 (1897). A partir das referências da mulher como um ser divino, ela era submetida ao padrão social de um ser inocente, cheio de amor e bondade, como nota-se na revista 2 (1895), que ainda aborda a questão da beleza, pois, era uma questão natural do ser feminino. Além disso, as mulheres tinham suas missões divinas a serem seguidas, sendo bem criticadas caso não fossem realizadas – como é o caso da edição 30 (1897).

Como pode-se observar, a pedagogia cultural empreendida por *A Palavra* instruía as mulheres do final do século XIX em relação às suas atribuições relacionadas ao lar, ao casamento e à

família. Muitas matérias versavam sobre seus principais afazeres como filha, esposa e mãe. A representação de mulher veiculada pela revista estava sempre atrelada a um homem, primeiro o pai e depois o marido, com sua vida dedicada a eles. Na matéria de número 18 (1895), vê-se o exemplo da mulher tendo a sua vida associada aos homens de sua família, bem como a ideia reforçada de um ser amoroso e doce ao exercer tal papel. Ela deveria ser uma boa filha, e, consequentemente, uma boa esposa, como destacam as matérias das revistas 20 (1896), 30 (1896) e 4 (1897), por exemplo. O problema é que, para isso, o que lhes cabia era a submissão. Caso contrário, não seriam honradas. A esse respeito Rodrigues (2017, p. 60) escreveu:

> [...] a esposa não opinava, a família era o povo, o homem da casa seu governante, este por sua vez era quem elaborava as leis para que o 'povo', ou seja, a família, mais especificamente a mulher, era dado o direito de obedecer, pois esta poderia reinar no lar, mas as leis eram feitas pelos seus digníssimos cônjuges, pois a boa esposa representaria a honra do esposo. A esta se concedia o direito de ser submissa, trabalhadora (do lar) e calada.

A ideia de uma superioridade masculina era predominante, no século XIX, portanto, tal representação também fez parte a pedagogia cultural praticada por *A Palavra*, que, em 1897 publicou:

> Creada por Deus para ser a constante companheira do homem e em tudo a sua egual, - vivendo por elle e para elle, - compartilhando absolutamente as vicissitudes de sua existencia e o seu destino, - alegrando-se com as suas felicidades, sorrindo-lhe nos seus prazeres, padecendo e mortificando-se nos seus desgostos e desventuras, como si as desventuras e os desgostos, os prazeres e as felicidades do homem fossem positivamente as próprias [...] (A palavra, 1897, n. 19).

A ideia de "companheira do homem" estava muito restrita a mulher viver exclusivamente para ele, o qual tinha responsabilidade sobre os atos das mesmas, como consta na matéria da revista de número 24 (1897). Esse companheirismo também foi destacado nas edições 22 (1894) e 6 (1896): por toda a sua bondade, a mulher completa a felicidade de seu marido. Mesmo quando tentavam escrever algo positivo sobre a mulher, ainda havia de alguma forma uma associação ao seu dever de mãe ou esposa. Isso muito provavelmente guarda relações com os autores que escreveram para a coluna *A Mulher*. Salvo possíveis publicações de mulheres sob pseudônimos, os textos são assinados por homens – que no contexto de instabilidade da Primeira República podem ter utilizado tal espaço para reproduzir representações que asseguravam a ordem vigente.

Na matéria da revista 34 (1891), afirmam que as mulheres possuem habilidades para o trabalho, tal como os homens. No entanto, apesar de sua competência, estas não poderiam ocupar um espaço "superior" ao do marido. Sobre a atuação de algumas mulheres no mercado de trabalho, a edição 8 (1894) as apresenta como feias em compensação à sua inteligência – até porque "não era de bom tom para as mulheres demonstrarem inteligência e opinarem" (Rodrigues, 2017, p. 60). Isso demonstra que a beleza física da mulher também estava associada ao seu comportamento de submissão, entendido como ideal, enquanto as que não se encaixavam a ele, eram julgadas e inferiorizadas de outras formas.

Na igreja, o pecado cometido por Eva era frequentemente evocado, principalmente em sociedades fortemente religiosas. Nas escolas, havia predomínio masculino em números de estudantes, e as meninas, quando frequentavam a escola, muitas vezes, o faziam para aprender tarefas relacionadas ao lar. As ideias de dominação e superioridade dos homens, assim como a associação do papel das mulheres à família, eram tão enraizadas, que muitas delas se submetiam a determinadas situações. Essas distinções também eram justificadas pela suposta "naturalidade" das diferenças entre homens e mulheres, o que influenciava diretamente a definição de seus papéis sociais. A revista 37 (1896) apresentou este tipo de comparação ao discutir diferenças físicas e emocionais, abordando aspectos como órgãos e estatura para reforçar estereótipos biológicos e de força para sustentar a suposta superioridade masculina. Em termos sentimentais, as mulheres eram retratadas como amorosas, enquanto os homens eram considerados naturalmente indelicados. De maneira semelhante, a matéria da revista 32 (1893) reforçou essas distinções ao comparar a mulher à delicadeza de uma "borboleta", destacando contrastes nos comportamentos e sentimentos entre os sexos.

As definições da mulher relacionadas à suavidade, beleza, paciência, dentre outras, nesse sentido, são recorrentes na revista, sobretudo na coluna *A mulher* aqui analisada. Além das edições já citadas, as matérias das revistas 35 (1891), 7 (1894), 20 (1894),7 (1895), 29 (1895), 34 (1896) e 39 (1896) insistem na definição da mulher como símbolo e exemplo de amor, doçura, delicadeza, fé, obediência, perfeição, e ainda na revista 3 (1897) são apontadas as missões seguidas por elas diante a essas características, as quais, obviamente, são ligadas à família e ao lar. Nas edições 24 e 40 de 1896, tais características foram apresentadas como uma vantagem à mulher, que traria calmaria à vida dos homens, considerando todo o cansaço masculino após um longo dia de trabalho. Esse tipo de argumentação desconsiderava o trabalho feminino em âmbito doméstico, pois, mesmo dedicando-se a essas atividades e, muitas vezes,

também cuidando dos filhos, ainda se esperava que agradassem os maridos que chegavam "exaustos" – como se elas também não estivessem cansadas e não tivessem direito a uma pausa ou a momentos de calmaria em suas vidas.

A pedagogia cultural de *A Palavra* manifestou-se na repetição de temas, sobretudo em relação às definições de mulher e na instrução de seu comportamento. Dessa forma, reforçando representações às antigas leitoras e formando novos públicos, as matérias veiculadas na revista fizeram parte da educação feminina do final do século XIX. Era comum para as leitoras encontrarem textos sobre o papel da mulher – mas desde uma perspectiva masculina, já que os escritos, em sua maioria, eram escritos por homens. O ideal da mulher pura, inocente e virtuosa foi transmitido à exaustão, consolidando-se como uma verdade quase incontornável. Por essa razão, parcela das mulheres, moldadas por esse ideal feminino do século XIX, viveram suas vidas de acordo com a missão que lhes fora imposta. Assim, muitas delas não foram donas do seu destino e sequer tiveram a oportunidade de se sentirem minimamente livres. Ainda assim, fizeram parte da história das mulheres e da busca por mudanças, que, mesmo lentamente, aconteceram na sociedade.

Considerações finais

A educação da mulher é um vasto campo de pesquisa, repleto de especificidades que podem conduzir a respostas sobre diferentes perguntas. No presente texto, visando discutir os principais aspectos da pedagogia cultural empreendida pela imprensa voltada ao público feminino do final do século XIX, este trabalho adotou *A Palavra: revista Litterária dedicada a instrução e recreio da mulher* como fonte de estudos. Para ancorar a problematização, foram historicizadas questões relativas à educação das mulheres brasileiras, apontando para a abertura de escolas femininas, questões curriculares, possibilitando compreender os ideais da época presentes na educação das mulheres. Ademais, considerando que muitas meninas e moças foram excluídas do processo de escolarização formal, foi discutido o potencial dos artefatos midiáticos, notadamente, as revistas, em sua educação. Assim, para além de uma educação formal que priorizava a economia doméstica, as matérias em circulação em *A Palavra* veiculavam representações que buscavam formar mulheres para serem boas donas de casa, destacando a necessidade de aprenderem a cozinhar, lavar e passar. Além disso, enfatizam bons costumes que contribuíram para a formação de uma mulher virtuosa, conforme os preceitos do

período. Carinhosas, pacientes e cuidadosas, a pedagogia cultural praticada pela revista contribuiu formando mulheres dedicadas à família.

As matérias da coluna *A Mulher*, publicadas em *A Palavra*, entre os anos de 1891 e 1897, instruíram as mulheres em relação ao lar – passando ao largo de informações sobre questões profissionais e científicas que proporcionasse maior autonomia e liberdade para elas. O papel pedagógico da revista residiu na reiteração das seguintes representações: a mulher como uma obra de Deus, que possuía missões divinas relacionadas ao casamento e a maternidade; a mulher com a sua vida associada aos homens da família (pai e marido, e até mesmo filhos); a mulher com características relacionadas à delicadeza, beleza, paciência, amor, doçura, fé, obediência e perfeição; a mulher como naturalmente diferente dos homens, em força e estatura por exemplo. Assim, a revista que era destinada às mulheres, mas composta sobretudo por textos assinados por nomes masculinos, reforçou a forte estrutura patriarcal e religiosa da época, influenciando-as a seguir no caminho ideal da pureza e da submissão.

Conclui-se que, apesar dos avanços na escolarização formal e na formação de professoras nas Escolas Normais, houve a manutenção de expectativas tradicionais de gênero, como a dedicação ao lar e à reprodução de certos valores morais. A ampliação de acesso à escola não foi acompanhada – ao menos, não imediatamente – por transformações nas expectativas sociais sobre o papel da mulher, que seguia circunscrito à esfera privada, dedicada à família. Pedagogias culturais, como as praticadas por *A Palavra*, contribuíram para reforçar essa limitação. Ao veicular recorrentemente representações que as restringiam ao âmbito doméstico, a revista exerceu um papel pedagógico na manutenção da ordem social vigente, reiterando a ideia de que, mesmo com o avanço da escolarização, as mulheres deveriam ocupar um espaço de subordinação, atrelado ao contexto familiar.

Referências

A PALAVRA: REVISTA LITTERARIA DEDICADA A INSTRUCÇÃO E RECREIO DA MULHER**.** Alagoas, 1889-1897. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/palavra/843792 Acesso em: 27 set. 2024.

ALAGOAS EM DADOS E INFORMAÇÕES. Alagoas, s/d. Disponível em: https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/dados-de-aspectos-demograficos-perfil-municipal/resource/c161638b-322c-43c6-82eb-f2ba50594825. Acesso em: 27 set. 2024.

ALMEIDA, Jane Soares; BOSCHETTI, Vania Regina. Devotas e instruídas: a educação de meninas e mulheres no Brasil - Fragmentos do passado histórico (1846 - 1930). **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 16, n. 3, p. 225 - 233, 2012. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2012.163.04/1199. Acesso em: 27 set. 2024.

AREND, Sílvia Fávero. Trabalho Escola e lazer. In: PINSKY, Carla. Bassanezi; PEDRO, Maria Joana. **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2018. p. 65 - 83.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brazil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 27 set. 2024.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm. Acesso em: 27 set. 2024.

CAMOZZATO, Vivian Castro. Pedagogia do presente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 573-593, 2014. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/34268. Acesso em: 28 set. 2024.

CUNHA, Karolina. Dias da. As mulheres brasileiras no século XIX. **Anais do Encontro Nacional do Grupo de Trabalho Gênero/ANPUH**, Vitória, 2014. Disponível em: https://legpv.ufes.br/sites/legpv.ufes.br/files/field/anexo/karolina_dias_da_cunha.pdf Acesso em: 25 mai. 2024.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-162, 2002.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário.** Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/562126/Opusculo_humanitario.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 28 set. 2024.

GUSMÃO, Emery Marques. Debates sobre educação feminina no século XIX: Nísia Floresta e Maria Amália Vaz de Carvalho. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 269-289, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/eh/v25n50/a01v25n50.pdf. Acesso em: 28 set. 2024.

JINZENJI, Mônica Yumi. Leitura e escrita femininas do século XIX. **Cadernos de Pagu**, Campinas, v. 38, p. 367-394, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: Priore, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 443 - 481.

LUCA, Tânia Regina de. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla. Bassanezi; PEDRO, Maria Joana. **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2018. p. 447 - 468.

POLLAK. Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RODRIGUES, Elaine. A imprensa pedagógica como fonte, tema e objeto para a história da educação. In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, Joaquim José Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados: Ed. UFGD, 2010. p. 311 - 325.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTANA, Ramon. Ferreira. A instrução da fêmea: a educação da mulher brasileira no século XIX. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Aracaju, v. 7, n. 12, p. 137-150, 2014. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2961. Acesso em: 28 set. 2024.

SANTOS, Lívia Assumpção Vairo dos. **Vozes para além da alcova:** discurso feminista no jornal *A Família*, de Josephina Álvares de Azevedo. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, H. B. de. **Pensamento feminista:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 49 - 82.

VIDAL, Diana Gonçalves; CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de. A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 73, n. 175, p. 407-430, 1992.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. A primeira escola normal do Brasil. *In:* ARAÚJO, José Carlos Souza (org.). **As escolas normais no Brasil:** do império à república. Campinas: Editora Alínea, 2018. p. 53 - 88.

WORTMANN. Maria Lúcia Castagna; COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. Sobre a emergência e a expansão dos Estudos Culturais em educação no Brasil. **Educação**, v. 38, n. 01, p. 32 - 48, 2015.

Recebido em 2024-09-29
Revisado em 2024-12-04
Aprovado em 2024-12-11
Publicado em 2024-12-31